

**ROTINA DA CRECHE:  
REPRESENTAÇÃO, RELAÇÕES DE PODER E A IDENTIDADE INFANTIL**

RÊGO, Júnia Barbosa Luz do\*.

A idéia de estudar a identidade infantil está vinculada, de alguma forma, ao fato de exercer a função de educadora. Nascer e crescer em uma família que tinha na educação dos filhos um valor e, ainda pequena, ter a oportunidade de freqüentar o jardim-de-infância permitiu rememorar o passado do choro até a adaptação, dos momentos de recreio no pátio, das tias que acompanharam o desenvolvimento até o letramento e a aquisição das primeiras leituras. Há uma recordação que não sai da memória que é o cheiro do lanche guardado na lancheira. Hoje, perceber que o trabalho pedagógico para a primeira infância vem passando por transformações e que o infantil tem hoje, uma conotação diferente em nossa sociedade nos inquietou a ponto de visionar escrever e buscar mais informações sobre a temática por sabermos que o Estado e a família têm papéis definidos, assim como as instituições escolares.

À primeira vista, o tema pode parecer pouco relevante, porém ao longo das discussões que pretendemos desenvolver ficará perceptível que o sujeito infantil e a infância poderão se tornar objetos de vários estudos na modernidade, já que a concepção mais aceitável de infância surge com ela e com a emergência do capitalismo.

Idealizar um projeto de pesquisa a partir das inquietações sobre o trabalho realizado com crianças de 0 a 5 anos, no Brasil, tem por objetivo fazer uma análise da rotina da creche como estratégia pedagógica reguladora e formadora de identidade do infantil. Para tanto, problematizar os conceitos que viabilizam a construção do ser/estar infantil norteará uma discussão a cerca uma retrospectiva do infantil, analisando a concepção de infância ao longo da história, bem como suas peculiaridades. Questionar a rotina e a sua aplicabilidade possibilitará uma ampliação dos conhecimentos sobre a disciplinarização do infantil e das artes de fazer utilizadas por ele para burlar a ordem e impor seus interesses asseverando que a construção de sua identidade dá-se por meio da relação criança/criança, adulto/criança e criança/meio.

No mundo atual essas figuras humanas construídas historicamente passam de “dóceis” a “ditadores”. Ora assumem posturas de delicadeza e imaturidade, ora impõem seus desejos e querem ser ouvidas e atendidas imediatamente. Porém, nem sempre foi assim. Ao longo da história da humanidade a criança e a infância passaram por grandes transformações e foram em cada

---

\* UEPB – Licenciatura Plena em História, Abril - 2004  
FIP – Especialização em Ed. Infantil, Dezembro - 2007

período histórico, em cada civilização, em cada século vistas de formas distintas, as mais variadas possíveis. Chegaram a ser ignoradas, a ser vistas como adulto em miniatura, mas logo ocuparam um espaço cada vez maior nas inquietações dos românticos e renascentistas, assumindo um papel ímpar na sociedade.

Pensar em tais seres, assim como na valoração que lhes é atribuída, vem sendo uma preocupação dos pedagogos e historiadores que especializaram-se sobre esta temática. A onipresença infantil nos obriga a levantar questionamentos e hipóteses sobre sua existência e percebemos que para responder e suscitar outras indagações é preciso fazer uma discussão sobre os conceitos que permeiam a construção de uma identidade infantil.

Acreditamos que resgatar a história da criança significa, primordialmente, dar voz aos documentos e suas marcas. Portanto, só podemos fazê-lo historicizando e discutindo, a princípio, o que é infância. Em todo caso, como seria possível apreender infância sem explorar os conceitos de identidade e representação, se sabemos que a criança assume um papel como indivíduo nas práticas e representações sociais. Todavia, pretendemos tratar da elaboração de um diálogo com pedagogos, psicólogos e historiadores a fim de tentarmos teorizar a infância e suas particularidades.

Entende-se, em geral, “criança” em oposição ao adulto. Entretanto, a definição deste termo está longe de ser limitada a essa concepção. Sua estruturação perpassa interesses estruturais, sociais, políticos, culturais e econômicos. Contestando a hipótese de classe homogênea, atribuída aos seres de 0 a 5 anos, concentraremos nossa discussão na análise dos termos identidade e identidade infantil. Contudo concordamos com Silva, quando faz referência a importância da diferença para a constituição da identidade, por entendermos que a relação entre o “*eu*” e o “*outro*”, é marcada por elementos culturais e dessa forma as diferenças dão sentido ao mundo social por estarmos o tempo todo classificando o que é interessante e o que é descartável para nossas vidas. Dessa forma, estamos inseridos em circuito de cultura e interesses individuais de classificação do outro.

Se a identidade e a diferença são entendidas como construção, faremos a defesa de que a criança e a infância são, por sua vez, construção social. Nos discursos pedagógicos se percebe a criança como alguém que é levado pela mão, alguém que não tem conhecimento e que é inocente e que não tem maturidade intelectual para agir sem a ajuda do outro. No entanto, sendo a infância uma condição histórica do homem, devemos a ela conceber valor como ser social e podemos afirmar que ela não nos abandona, pois estamos sempre aprendendo algo novo, estamos sempre tentando nos emancipar. Assim a infância é entendida como experiência. Eis que, Kohan<sup>1</sup>(2003):

---

<sup>1</sup> KOHAN, Walter Omar. Infância: entre educação e filosofia. Belo Horizonte: Autêntica, 2003

A infância passou de ser um momento, uma etapa cronológica, a uma condição de possibilidade da existência humana. Essa passagem não significa um abandono da infância como primeira idade, mas a ampliação desse sentido. Quando a infância é amiga da experiência, longe de ser uma fase a ser superada, ela se torna uma situação a ser estabelecida, atendida, alimentada, sem importar a idade da experiência. (p: 244)

Para tanto, o governo de si, o governo das crianças e do Estado entram em cena a partir do século XVI, marcados por implicações sociais: a moral, a economia e a política, segundo Foucault (1979)<sup>2</sup>. Uma das formas de governamentalidade<sup>3</sup> defendida por este teórico é a disciplina que rege a população e normatiza suas ações em todos os ambientes sociais, quer façam referência ao individual ou ao coletivo. Vários aparelhos foram criados para guiar a sociedade moderna, como os dispositivos de segurança: a polícia e a escola. Essa arte de governar, como é chamada passa a regulamentar as experiências tanto dos sujeitos adultos quanto dos sujeitos infantis nos ambientes mais diversos e imagináveis. Como podemos perceber as relações de poder estabelecidas socialmente constroem a ordem que sedimentam o dia-a-dia dos indivíduos – no nosso caso, a criança - fabricando suas identidades. A governamentalidade do sujeito infantil dá-se na educação familiar, na educação escolar e no estabelecimento das rotinas nas escolas de Educação Infantil.

O educar norteado pela pedagogia da diferença, deve centrar-se na constituição de sujeitos sociais. Por isso, acreditamos, que o compromisso da escola não deve apenas transmitir conteúdos, mas trabalhar com as experiências e troca de conhecimentos nas relações sociais dentro e fora do espaço dedicado a educação escolar, rompendo, com as abordagens inatista e ambientalista da educação. Afinal, a primeira é considerada uma filosofia racionalista e idealista que considera que as capacidades básicas dos sujeitos já vem dadas desde o nascimento (personalidade, valores, comportamentos) excluindo, no entanto, as relações sociais, a exemplo do modelo cartesiano de Renè Descartes; já a segunda, também chamada de behaviorista, empirista e positivista, considera que tanto o ambiente como a experiência são fonte de conhecimento, porém os indivíduos são caracterizados por fatores externos, pois cabe a escola o poder de formar, transformar e corrigir os problemas sociais.

Portanto, educar seria uma experiência histórico-cultural, na qual o homem se constitui como tal através da interação social. Visto que, o homem não é um vaso vazio a ser preenchido nos

---

<sup>2</sup> FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. (org. Roberto Machado), Rio: Graal, 1979

<sup>3</sup> Governamentalidade é um conceito que vem sendo vivido desde o século XVIII, logo pode ser definida como as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público e o que é privado, o que é ou não estatal, etc; portanto ao Estado cabe ser compreendido a partir dessas táticas, em Foucault.

bancos escolares, como contestam o materialismo dialético e a abordagem sócio-interacionista de Vigotsky. Então, a escola deve cumprir seu papel socializador.

Ao focalizar a questão do educar, nos deparamos com as rotinas estabelecidas pelas creches e pré-escolas que tem como papel fundamental organizar o tempo e o espaço nessas instituições. A rotina refere-se aos caminhos já percorridos e conhecidos pelo sujeito, que, em geral, automaticamente, obedece horários, hábitos e procedimentos. Podendo ser considerada, neste sentido, como mecânica. Nas creches e nas pré-escolas é usada uma rotina, conhecida como estruturante, tida como âncora do dia-a-dia das crianças, capaz de dar segurança por ser uma estratégia necessária a formação dos indivíduos modernos. Logo, Barbosa<sup>4</sup>(2006):

Rotina é uma categoria pedagógica que os responsáveis pela educação infantil estruturaram para, a partir dela, desenvolver o trabalho cotidiano nas instituições de educação infantil. As denominações dadas à rotina são diversas: horário, emprego de tempo, seqüência de ações. Trabalho dos adultos e das crianças, plano diário, rotina diária, jornada, etc. (p: 35)

Tem sido atribuída uma grande importância para a rotina já que ela viabiliza o trabalho com as crianças e dá provisões do que irá acontecer. A rotina, geralmente é usada como cartão de visitas e as normas podem vir de cima, já estabelecidas, não são teorizadas e implicam em regras. Defende-se a idéia que desde muito pequenos, os sujeitos, precisam aprender costumes e regras culturais, que podem ser individuais e coletivos. Porém se atentarmos para os estudos realizados por Foucault (1979), podemos atribuir a essa rotina um processo de disciplinar o sujeito infantil. Dessa perspectiva, Barbosa(2006):

A questão do cotidiano e das rotinas que o regram e normatizam, isto é, a vida cotidiana em sua integralidade nas instituições de creche e pré-escola, pode ser vista como elemento central nas pedagogias de educação infantil e, por isso, acredito que esse tema deva ser pesquisado e refletido. (P: ,39)

Felizmente, no Brasil, estamos tendo avanço no setor educacional. A expansão da educação infantil foi favorecida pela Constituição de 1988 propiciando a criação da LDB (1996) garantindo a educação como dever do Estado bem como a formação profissional. O MEC contribuiu para a organização do RCNEI, um guia de orientação que serve de suporte teórico, mas não deve ser visto como manual a ser utilizado pelos profissionais de educação. Entendemos que

---

<sup>4</sup> BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Por Amor e Por Força: rotinas na educação infantil. Porto Alegre, Artmed, 2006.

esses investimentos embora importantes demoraram anos para serem adotados em nosso país, pois Heywood(2004):

A partir do século XVII, os reformadores substituíram o afago reservado às crianças por “interesse psicológico e solicitude moral”. Um pequeno bando de advogados, padres e moralistas passou a reconhecer a inocência e a fragilidade da infância, e logrou impor uma infância longa entre as classes médias. Noutras palavras, houve uma mudança na esfera cultural, passível de ser atribuída à crescente influência do cristianismo e a um interesse novo pela educação. (p: 33)

Portanto, refletir sobre a infância em sua peculiaridade será, também, pensar nos espaços destinados para que ela seja vivida com todos os direitos assegurados. Essa preocupação vem se afirmando desde o século XVIII com as teorias educacionais desenvolvidas para a pequena infância.

Governar as crianças tem sido a função das creches e pré-escolas e papel do professor de Educação Infantil. No entanto, o uso do termo “policar” seria adequado se usado para definir a palavra governo nas creches e pré-escolas.

A observação e a análise da rotina de uma creche viabilizará um debate com Foucault no que refere a disciplina e com Certeau quando discute a antidisciplina. No entanto, para discursar a rotina pedagógica de uma instituição de ensino destinada ao infantil pretendemos nos basear nas análises sobre a disciplinarização do corpo e as artes de fazer do infantil.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- AMORIM, Marília. Atirei o Pau no Gato. 6ª edição – São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Tradução: Dora Flaksman. 2ª Edição. RJ: LTC, 1081.
- ASSIS, Orly Mantovani. ASSIS, Múcio Camargo(coord). XV Encontro de Professores do PROEPRE: a criança e a escola. São Paulo, Campinas: UNICAMP/FE/LPG, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. O Mal-Estar da Pós-Modernidade. Tradução: Mauro gama e Claudia Martinelli Gama – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Por Amor e Por Força: rotinas na educação infantil. Porto Alegre, Artmed, 2006.

BORGES, Inez Augusto. Educação e Personalidade. São Paulo: editora Mackenzi, 2002.

CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano. As artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. História Cultural: entre praticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.

CORAZZA, Sandra Maria. Infância e Educação: era uma vez – quer que conte outra vez?. Petrópolis,RJ: Vozes, 2002.

CRADY, Carmem. KAERCHER, Gladise. Educação Infantil: pra que te quero?. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CUNHA, Susana Rangel Vieira da. Cor, Som e Movimento. 3ª edição - Porto Alegre: Editora mediação, 2002.

FOUCAULT: Michel. A Ordem do Discurso. 14ª edição – São Paulo: Edições Loyola, 2006. Leituras Filosóficas.

\_\_\_\_\_. Microfísica do Poder. Org; tradução Machado, 16ª Edição – Rio de Janeiro: Graal, 2001.

\_\_\_\_\_. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Tradução de Lígia M. Ponde Vassalo. 10ª Edição – Petrópolis: Vozes, 1993.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. 4ª Edição – RJ: DP&A, 2000.

HEYWOOD, Colin. Uma história da Infância: da idade média a época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KOHAN, Walter Omar. Infancia: entre educação e filosofia. Belo Horizonte: Autêntica, 2003

KRAMER, Sonia. A Política do Pré-Escolar no Braisl: a arte do disfarce. 7ª edição – São Paulo: Cortez, 2003. Biblioteca – série 1.

MARTINS, Altino José Filho. In Pátio: Educação Infantil. Ano V, nº 13. Março/Junho, 2007

MOYLES, Janet R [et al]. A Excelência do Brincar. Porto Alegre: Artmed, 2006.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes [et al]. Creches: crianças, faz de conta & cia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

PETERS, Michel. Estruturalismo, Pos-estruturalismo e Pós-modernismo. In:\_\_\_\_\_ Pós-estruturalismo e filosofia da diferença; tradução Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autentica, 2000.

PRIORI, Mary Del (org). História das Crianças no Brasil. 4ª Edição - São Paulo: Contexto, 2004.

RAMOS, Rossana. Passos para Inclusão. 2ª Edição – São Paulo: Cortez, 2006.

REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 11ª edição – Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

RODRIGUES, Mª Bernadete Castro (cood). O Espaço Pedagógico na Pré-Escola. 5ª Edição – Porto Alegre: Ed Mediação, 2002

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

\_\_\_\_\_. O que é afinal, Estudos Culturais? São Paulo: Autêntica, 2000.

\_\_\_\_\_. O Sujeito da Educação: estudos foucaultianos. 4ª Edição – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SANTOS, Santa Marli Pires (org). Briquedoteca: a criança, o adulto e o lúdico. 5ª Edição – Petrópolis, RJ: Vozes 2004.

TELLES, Carlos Queiroz. Abobrinha Quando Nasce. São Paulo: Moderna, 1993.

TÉTART, Philippe. Pequena História dos Historiadores. 1ª Edição – São Paulo: Edusc, 1998.